

Scalco diz que o Governo saiu derrotado do esforço

Givaldo Barbosa

O Governo saiu politicamente derrotado do esforço concentrado do Congresso, quando cinco medidas provisórias foram rejeitadas. A avaliação é do líder do PSDB, Euclides Scalco, que condenou ontem a avalanche de medidas provisórias enviadas pelo Governo no final da sessão legislativa. Administrativamente, no entanto, Scalco admite que o Governo saiu vitorioso. "A oposição teve consciência do País. O IPI, o Imposto de Renda e os vencimentos dos servidores civis e militares tinham de ser votados de qualquer maneira agora. Mesmo assim, discordamos da forma como isso foi feito", justifica o deputado.

Nos últimos dois dias da sessão legislativa, o Governo mandou ao Congresso 11 medidas provisórias. Apenas o presidente Fernando Collor, em seus nove primeiros meses no poder, editou 143 medidas. "Não é possível encerrar o ano legislativo como foi feito desta vez. Não é possível também que o colégio de líderes decida tudo. Então extingue-se o Parlamento", criticou Scalco, admitindo as deficiências no funcionamento do Legislativo. Para ele, a realização de eleições atrapalhou bastante os trabalhos, ao tirar os deputados de Brasília.

Uma das medidas rejeitadas pelo Congresso, na noite de segunda-feira, foi a concessão de 26 subsídios a diversos setores da economia, entre eles o de "capacitação tecnológica da indústria". Scalco lembra que muitos desses benefícios foram extintos por ocasião do Plano Collor e agora, de última hora, o Governo tentou retomá-los.



Euclides Scalco condenou o excesso de medidas provisórias

"Rejeitamos o subsídio às exportações, que criava facilidades para um pequeno grupo. Em outra medida, eles extinguiram os subsídios ao meio ambiente e informática, o que nós não permitimos", explicou o deputado.

O abuso na edição de medidas provisórias foi duramente criticado por Euclides Scalco. Existe um projeto de Nelson Jobim regulamentando a questão mas, segun-

do Scalco, falta vontade política para colocá-lo em pauta. O líder do Governo na Câmara, Humberto Souto, argumenta que o presidente Collor "mandou tantas medidas provisórias quantas foram necessárias para as mudanças que ele quer fazer no País". O Congresso será convocado em janeiro justamente para analisar uma medida provisória, a que trata das mensalidades escolares.